

Mapa anexo à Portaria n.º 171/92

| Grupos de pessoal | Carreiras | Categorias | Número de lugares |
|-------------------|---|---|-------------------|
| Informática | Técnico superior de informática (a) | Assessor informático principal | 2 |
| | | Assessor informático | 3 |
| | | Técnico superior de informática principal | 6 |
| | | Técnico superior de informática de 1.ª classe | |
| | Técnico superior de informática de 2.ª classe | | |
| Informática | Programador (a) | Programador especialista | 3 |
| | | Programador principal | |
| | | Programador | 3 |
| | | Programador-adjunto de 1.ª classe | |
| | Programador-adjunto de 2.ª classe | | |
| Informática | Operador de sistemas | Operador de sistemas-chefe | 1 |
| | | Operador de sistemas principal | 5 |
| | | Operador de sistemas de 1.ª classe | |
| | | Operador de sistemas de 2.ª classe | |
| Informática | Operador de registo de dados (b) | Monitor | 1 |
| | | Operador de registo de dados principal | 3 |
| | | Operador de registo de dados | |

(a) Em cada momento não podem estar providos mais de 10 lugares na carreira de técnico superior de informática e 3 lugares na carreira de programador. Um dos lugares de técnico superior é agora criado para dar execução a um acórdão do Supremo Tribunal Administrativo.

(b) Lugares a extinguir quando vagarem.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA EDUCAÇÃO

Portaria n.º 172/92

de 13 de Março

Considerando a necessidade de promover a integração dos funcionários pertencentes aos quadros de efectivos interdepartamentais (QEI) nos serviços e organismos onde exercem actividade e satisfazem necessidades permanentes de serviço;

Considerando que se encontram a prestar serviço há vários anos nos organismos e serviços centrais e regionais do Ministério da Educação, em regime de requisição, funcionários excedentes oriundos do QEI da Direcção-Geral da Administração Pública;

Considerando não existirem no quadro único dos organismos e serviços centrais e regionais do Ministério da Educação lugares vagos que permitam promover a integração daqueles funcionários;

Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 43/84:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças e da Educação, o seguinte:

1.º O quadro único dos organismos e serviços centrais e regionais do Ministério da Educação, aprovado pela Portaria n.º 226-A/88, de 13 de Abril, é aumentado de um lugar de primeiro-oficial e cinco lugares de segundo-oficial, da carreira de oficial administrativo, a remunerar nos termos do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro.

2.º Os lugares criados serão extintos à medida que vagarem.

Ministérios das Finanças e da Educação.

Assinada em 29 de Outubro de 1991.

Pelo Ministro das Finanças, *Maria Manuela Dias Ferreira Leite*, Secretária de Estado do Orçamento. — Pelo Ministro da Educação, *José Augusto Perestrello de Alarcão Troni*, Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Educação.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA SAÚDE

Portaria n.º 173/92

de 13 de Março

O Decreto-Lei n.º 296/91, de 16 de Agosto, cria e regulamenta a carreira de técnico superior de serviço social e define as normas de transição para a mesma carreira.

A execução do citado diploma implica a alteração dos quadros de pessoal dos serviços e estabelecimentos por ele abrangidos.

Assim:

Ao abrigo do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 296/91, de 16 de Agosto, e nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 59/76, de 23 de Janeiro:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças e da Saúde, que o quadro de pessoal do Departamento de Recursos Humanos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 513-V/79, de 27 de Dezembro, e posteriormente alterado pelas Portarias n.ºs 317/87, de 16 de Abril, 672/87, de 31 de Julho, e 147/88, de 9 de Março, e pelo Decreto-Lei n.º 210/89, de 29 de Junho, seja de novo alterado no que se refere aos grupos de pessoal técnico superior e técnico de acordo com o quadro anexo à presente portaria.

Ministérios das Finanças e da Saúde.

Assinada em 18 de Fevereiro de 1992.

Pelo Ministro das Finanças, *Maria Manuela Dias Ferreira Leite*, Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento. — Pelo Ministro da Saúde, *Jorge Augusto Pires*, Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde.